

**DAIANE FADÉL ROCHA**

**PROBLEMAS DE MENSURAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS DO BRASIL**

**Trabalho realizado pela aluna Daiane Fadél Rocha, como requisito parcial para a conclusão de graduação do curso de Ciências Econômicas, setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.**

**Professor Orientador: Paulo Mello Garcias.**

**CURITIBA  
NOVEMBRO/2006**

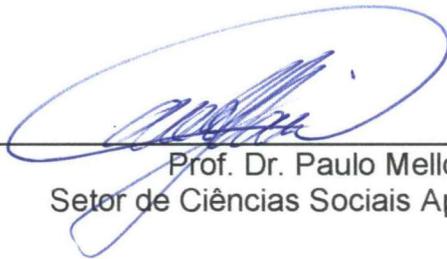
## TERMO DE APROVAÇÃO

DAIANE FADÉL ROCHA

### PROBLEMAS DE MENSURAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS NO BRASIL

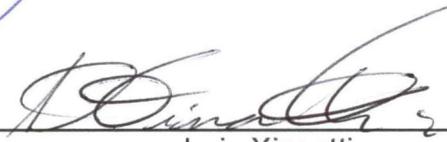
Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de graduação no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador:



Prof. Dr. Paulo Mello Garcias  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Professor :



Luiz Xiscatti  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Professor:



Othon Juruá Rolim de Souza Reis  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Curitiba, novembro de 2006.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	iv
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	v
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	vi
<b>RESUMO</b> .....	01
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	03
<b>1 OBJETIVOS</b> .....	05
1.1 OBJETIVO GERAL.....	05
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	05
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	06
2.1 TEORIA DE KEYNES.....	06
2.2 RICHARD STONE.....	07
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	11
3.1 OS MÉTODOS.....	11
3.1.1 MÉTODO HISTÓRICO.....	11
3.1.2 MÉTODO COMPARATIVO.....	12
<b>4 OS SISTEMAS BRASILEIROS DE CONTABILIDADE SOCIAL</b> .....	13
4.1 SNA 1968.. .....	14
4.2 SNA 1993.....	18
<b>5 DIFICULDADES DE MENSURAÇÃO ENCONTRADAS NO BRASIL E FONTES DE DADOS</b> .....	28
5.1 LEVANTAMENTO DAS FONTES DE DADOS.....	28
5.2 AS DIFICULDADES.....	30
<b>CONCLUSÃO</b> .....	42
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	44
<b>ANEXOS</b> .....	45

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CONTA PRODUTO INTERNO BRUTO.....	14
QUADRO 2 – CONTA RENDA NACIONAL DISPONÍVEL BRUTA.....	15
QUADRO 3 – CONTA DE CAPITAL.....	15
QUADRO 4 – CONTA TRANSAÇÕES CORRENTES COM O RESTO DO MUNDO.....	15
QUADRO 5 – CONTA COMPLEMENTAR – CONTA CORRENTE DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	15

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – TABELA DE RECURSOS E USOS PARA UMA ECONOMIA HIPOTÉTICA.....	20
--	----

## LISTA DE SIGLAS

BC – Banco Central  
CEI – Contas Econômicas Integradas  
CIF – Cost, Insurance and Freight  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
COSIF – Plano Contábil das Instituições Financeiras  
EPU – Empresas Públicas  
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FOB – Free on Board  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRE – Instituto Brasileiro de Economia  
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPSFL – Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica  
ISFL – Instituições sem Fins Lucrativos  
ISFLSF – Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIM-DG – Pesquisa Industrial Mensal – Dados Gerais  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
RAIS – Relação Anual das Informações Sociais  
SCN – Sistema de Contas Nacionais  
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior  
SIFIM – Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos  
SNA – System of National Accounts  
TRU – Tabela de Recursos e Usos

## RESUMO

A investigação dos Sistemas de Contas Nacionais e das dificuldades em se mensurar os processos econômicos surge a partir da observação a respeito da importância que têm para a economia e para o entendimento de seu desempenho.

A contribuição de dois célebres economistas consolidou as bases do que é hoje a Contabilidade Social. Propondo pela primeira vez a construção de um sistema contábil, Keynes deixou um legado que proporcionou o desenvolvimento do trabalho do cômputo do produto agregado de uma economia. Já Richard Stone contribuiu para a elaboração da primeira metodologia de cálculo das Contas Nacionais, em 1952, objetivando padronizar a tarefa de mensurar o desempenho econômico.

Até 1986, sob o comando da Fundação Getúlio Vargas, o Sistema de Contas Nacionais compunha-se de cinco contas. A partir de 1987, já sob responsabilidade do IBGE, adotou-se um sistema de quatro contas principais mais uma complementar, rearticulando-se de melhor forma os itens referentes às transações econômicas.

O mais novo sistema de Contabilidade Social, a versão de 1993, apresenta-se mais flexível e harmônico. Através da introdução das Contas Econômicas Integradas, há maior integração entre as diversas contas, permitindo analisar o comportamento da economia em geral e suas relações com o resto do mundo, além do desempenho de cada setor ou atividade individualmente, inclusive o governo.

O sistema de 1993 também introduziu outros instrumentos para a análise macroeconômica, como a Tabela de Recursos e Usos, por exemplo, que apresenta os resultados dos agregados por setores de atividade, o que permite visualizar as transações entre eles. Os diversos quadrantes que compõem a TRU informam sobre o que é produzido e o que é importado, a oferta agregada em termos de consumo intermediário e demanda final, além do valor adicionado de cada setor da economia disposto em categorias de renda.

Com relação às fontes estatísticas adotadas para a mensuração das Contas Nacionais, o IBGE segue como critérios de agregação a localização geográfica, o

setor de atividades e o setor institucional. Notam-se bastante representativas as informações decorrentes dos Censos Econômicos e do IRPJ. A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar revela-se como uma fonte alternativa, sendo que cobre registros não contemplados nas estatísticas anteriores.

A partir do estudo das dificuldades apresentadas pelo atual Sistema de Contas, pode-se verificar que o maior problema está na obtenção das estatísticas básicas, o que compreende diversos fatores complexos, como os critérios de homogeneidade quanto a mercados, o confronto de dados de diferentes fontes, questões de arbitrariedade nas divulgações, problemas metodológicos somados à disponibilidade insuficiente de dados, dentre outros.

Desta forma, aposta-se no aperfeiçoamento das estatísticas básicas para o aprimoramento do Sistema de Contas Nacionais, havendo um esforço neste sentido por parte do órgão responsável pela elaboração deste trabalho no Brasil.

## INTRODUÇÃO

Na economia, a tomada de decisões, tanto no que toca ao setor público quanto ao privado, é orientada a partir de informações definidas e sistematizadas pela Contabilidade Social, as quais são produzidas e divulgadas pelos órgãos oficiais de estatística dos países. Nesse sentido, percebe-se a importância de se ter como respaldo informações confiáveis e oportunas, dado que tais decisões irão determinar o desempenho de toda uma estrutura de produção.

Quando se diz que uma economia é desenvolvida (ou subdesenvolvida) ou se tiram conclusões a respeito do desempenho de um ambiente econômico, inclusive possibilitando a avaliação do desenvolvimento das forças produtivas desse sistema, está se falando de valores vinculados ao resultado da atividade social de produção, os quais agregam a renda total dessa economia.

Dentro desse âmbito, a principal ferramenta dos economistas para estudar nossa realidade socioeconômica é a Contabilidade Nacional, a qual fornece um sistema de avaliação consistente, padronizado e contínuo da atividade econômica, proporcionando as principais medidas que viabilizam os estudos macroeconômicos, sendo uma referência para orientar os agentes em quando e como interferirem, de acordo com seus objetivos.

Como essa série de valores possibilita a avaliação quantitativa (ou seja, em termos de valor) do produto que uma economia foi capaz de gerar num determinado período de tempo, ela se torna um importante indicador de desempenho econômico, já que mostra a capacidade de geração de renda dessa economia. Pode-se, por exemplo, apontar o índice de qualidade de vida de uma população para verificar se houve desenvolvimento. Isso se dá considerando não apenas os aspectos da atividade econômica, mas também aqueles ligados ao que afeta diretamente o bem-estar, qual seja a oferta de bens públicos, como saúde e educação, os quais se obtêm com devidos dados estatísticos.

Dessa forma, ao se trabalhar com dados analíticos a esse respeito, é preciso que eles retratem os verdadeiros parâmetros da economia ou que, pelo menos, se aproximem ao máximo de dados reais. Entretanto, devido à necessidade de se

estabelecerem critérios de medida a fim de uniformizar o Sistema de Contas Nacionais, depara-se com algumas dificuldades de mensuração de variáveis relevantes na formação do produto agregado, que acabam passando despercebidas em tais registros contábeis.

Observando a questão da efetiva colaboração que oferece o emprego da Contabilidade Social na Economia, ao passo em que norteia constatações e tomada de decisões por parte dos agentes econômicos, é que surgiu o interesse em investigar os sistemas de Contas Nacionais e seus fatores condicionantes que revelam a existência de dificultadores para o processo, o que se configura nas dificuldades de mensuração das Contas Nacionais.

Neste trabalho pretende-se apresentar a complexidade que isso envolve, pois a tarefa de elaborar e mensurar um sistema de contas nacionais envolve aspectos que a tornam bem mais complicada do que pode parecer.

O Brasil, como qualquer economia, também apresenta a problemática observada em seu Sistema de Contas, o qual é, atualmente, produzido pelo IBGE, já tendo passado por reformas que buscavam o aprimoramento do sistema e, assim, retratar mais efetivamente e com maior credibilidade o desempenho econômico.

## **CAPÍTULO 1 - OBJETIVOS**

Neste capítulo do trabalho serão apresentados os propósitos que nele se encerram, tanto no que toca ao objetivo de modo geral quanto aos objetivos específicos.

### **1.1 OBJETIVO GERAL**

Apontar os fatores de divergência inseridos no contexto do trabalho de quantificação macroeconômica que se desenvolve a partir da Contabilidade Nacional, a fim de conhecê-los e, reconhecendo suas origens e conseqüências, identificar os pontos de fragilidade ainda presentes na construção das Contas Nacionais brasileiras.

### **1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- A partir do objetivo geral, entender como a medida altera a validade e o alcance dos resultados, podendo distorcer a realidade e tornar pouco significativas as interpretações analíticas feitas com base nessa mensuração.
- Proporcionar, a partir das adaptações assumidas na elaboração das Contas Nacionais no Brasil, o conhecimento dos dois últimos sistemas estatísticos desenvolvidos pela ONU.
- Identificando os “pontos vulneráveis” do sistema estatístico, verificar qual a natureza dos esforços necessários para amenizá-los.

## CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem por objetivo demonstrar o embasamento teórico proposto para a fundamentação da pesquisa, o qual abrangerá a Teoria Keynesiana e, ainda, o trabalho de Richard Stone. Acredita-se ter, dessa forma, todo o referencial necessário para o desenvolvimento do trabalho.

### 2.1 TEORIA DE KEYNES

Este é, seguramente, o referencial de maior importância para o tema em questão. John Maynard Keynes foi quem propôs pela primeira vez a construção de um sistema contábil, baseado no método de partidas dobradas, a fim de se alcançar uma medida de Renda Nacional e sua distribuição por setores institucionais a cada período. Os registros das transações na Contabilidade Social são realizados de acordo com o princípio das partidas dobradas, pelo qual cada transação registrada é contrabalançada por outro registro de valor igual e sinal contrário.

A Contabilidade Nacional se desenvolve a partir da obra de Keynes, na década de 1930. Na *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*, ele argumenta que as economias de mercado, denominadas por economias monetárias de produção, podem funcionar durante largos períodos de tempo num equilíbrio abaixo do pleno emprego, ou seja, não operam necessariamente no seu nível máximo. Disso depreende-se que recursos podem ficar ociosos, involuntariamente. Por isso, a determinação do fluxo de renda e produto é definida no curto prazo, já que forças de mercado atuando livremente não garantem que a economia alcance o nível de produto de pleno emprego da força de trabalho, sendo o futuro econômico incerto. É uma teoria em que as flutuações no volume de investimento explicam as flutuações no emprego e são explicadas, em grande parte, pelo caráter flutuante e incerto das previsões com respeito aos rendimentos futuros dos bens de capital. Ela vai contra à Teoria Econômica Clássica, que afirma que há sempre uma tendência para o pleno emprego do trabalho e demais fatores de produção.

No sistema contábil keynesiano a produção visa ao mercado e é entendida como um processo que se desdobra no tempo, conduzido por empresas. Dessa forma, a mensuração do produto agregado considera que a geração de bens e serviços está relacionada com a geração de renda durante o processo de produção, tomando iguais os fluxos de produção e renda medidos num mesmo período.

Segundo Keynes, o produto gerado numa economia de mercado em um período de tempo é determinado pela demanda efetiva, sendo esta o quanto os agentes econômicos estão dispostos a gastar neste período, e pela demanda agregada, que é a medida alcançada por intermédio do Sistema de Contas Nacionais, equivalente à despesa, à renda e ao produto agregado.

Assim, com Keynes, o foco de estudo em economia desloca-se da esfera microeconômica para a macroeconômica, a qual deve registrar o comportamento agregado da economia e seus desdobramentos, através da Contabilidade Nacional.

## 2.2 RICHARD STONE

John Richard Nicholas Stone foi um economista inglês de importância fundamental à estrutura da Contabilidade Social moderna. Graças ao seu trabalho geral e de sua equipe, a ONU apresentou, em 1952, a primeira metodologia de cálculo das Contas Nacionais, que objetivava padronizar o cômputo do produto e, assim, possibilitar a análise do comportamento dos macroagregados keynesianos e disponibilizar um instrumento que permitisse a realização de comparações internacionais. Devido à sua contribuição à economia, foi merecedor do prêmio Nobel da categoria em 1984.

Segundo a visão de Richard Stone, no levantamento da ligação entre a contabilidade social e a teoria e análise econômica é essencial a associação entre os pontos de vista empírico e teórico para que, num exame dos fatos, possa se apoiar ou refutar uma idéia, ou seja, “os fatos e as teorias se encontram na análise”, sendo que é preciso mantê-los em linha para o “crescimento equilibrado na ciência econômica”.

Tal visão pode ser notada de forma mais clara através do conceito que o autor propõe, conforme a seguir:

*“A contabilidade social se preocupa com uma apresentação ordenada, conglobada e coerente dos fatos da vida econômica, na qual os conceitos, definições e classificações adotados se prestem à medida real e, dentro dessa limitação, correspondam àqueles que aparecem na teoria econômica, podendo assim ser usados para a análise econômica” (1964, p. 160).*

Ele coloca duas situações para ilustrar como os fatos apresentados e o modo pelo qual são dispostos dependem em grande parte de considerações teóricas. A distinção entre despesa corrente e de capital não é dada pelos fatos em si próprios, mas por sugestão da teoria, tendo em vista as dificuldades em se efetuar tal separação, isto é, mesmo que se parta de um ponto de vista empírico, a todo instante depara-se com as sugestões teóricas. Da mesma forma, o fato de se acentuar a renda nacional como sendo o total básico, seja da renda de um país ou de sua contribuição para a produção mundial, não se apóia simplesmente na observância dos fatos em si.

Por outro lado, partindo-se de um ponto de vista teórico, em algum momento se sentirá a necessidade de associá-lo a conceitos aos quais se possa dar um conteúdo empírico, pois só assim se poderá anunciar expectativas a respeito do mundo real, visto que, sem esse elo, qualquer teoria, desde que logicamente coerente, poderá ser sustentada, mas sem que ela diga algo referente ao mundo real, ou seja, sem que se possa afirmá-la falsa ou verdadeira.

O trabalho de Richard Stone é fortemente centrado na Contabilidade Social, cujos detalhes, segundo o autor, são de natureza técnica, mas as idéias principais apresentam-se essencialmente simples e representam nada mais que uma amostra ordenada do que ocorre num sistema econômico, expressa em termos de transações entre suas diversas partes componentes.

Stone propôs uma estrutura contábil para ilustrar as transações entre as formas de atividade econômica, em que se dispõe para cada organização comercial, unidade familiar, órgão do governo ou qualquer outra entidade de um conjunto de três contas uniformes. A primeira estaria associada às transações

abrangidas na atividade produtiva, outra seria referente ao uso do ganho dessa atividade e, ainda, uma terceira conta que apresentasse as transações de capital. Consolidando-se cada tipo de conta para todas as entidades, ou agentes econômicos, se obteriam três contas nacionais consolidadas.

Tal sistema deve ser interpretado da seguinte forma: o volume de produção representa a atividade produtiva de toda a economia, cujas organizações comerciais obtêm sua receita, em parte, da venda de mercadorias para consumo e, além disso, pela venda de equipamentos de capital e bens de investimento para acumular riqueza. Tais organizações comprarão e venderão umas às outras e os resultados das vendas feitas pela “produção” são pagos como renda aos fatores de produção, ou seja, aqueles que participam do processo produtivo. Esses pagamentos podem tomar a forma de salários, lucros, juros ou aluguéis e podem destinar-se a gasto em mercadorias ou poupança. Duas transações dentre esse fluxo de atividades vão determinar o processo de acumulação. Dado que a “produção” pagou o total dos resultados de suas vendas ao “consumo” e este último dividiu sua renda entre gastos e poupança, tem-se que a poupança é igual à despesa de capital no ativo real, isto é, o investimento. Daí a descrição da igualdade dos fluxos em duas relações:

$$Y = C + S$$

$$S = I$$

Ou seja, a renda é identicamente igual ao consumo mais a poupança, e esta última é igual ao investimento, resumindo-se numa terceira relação:

$$Y = C + I$$

Entretanto, Stone passa a considerar que tal representação mostra-se um tanto quanto irreal, visto que os sistemas econômicos jamais são contidos em si próprios, entrando sempre em relação com os demais. A partir disso, faz-se uma extensão da representação da economia adicionando-se transações referentes ao resto do mundo. Um montante que parte de “acumulação” e dirige-se ao resto do mundo representa os “empréstimos líquidos ao exterior”, isto é, uma situação favorável do balanço em conta corrente, após verificados os fluxos de entrada e saída nessa direção, o que leva à dedução da nova equação:

$$Y = C + I + X - M$$

onde X é igual à exportações e M às importações.

Assim o autor esboça da forma menos complexa possível as operações de um sistema econômico, sendo que seus conceitos e considerações estão presentes de maneira mais evoluída, obviamente, nos sistemas econômicos vigentes até os dias de hoje.

## CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os métodos utilizados no desenvolvimento da monografia, ou seja, as regras e procedimentos utilizados para a determinação do tipo de pesquisa.

### 3.1 OS MÉTODOS

A metodologia de estudo empregada no desenvolvimento do presente trabalho requer duas formas de classificação, tendo em vista a abordagem do fato observado, num primeiro momento e, posteriormente ao levantamento de tais dados, no caso, após observadas a estrutura e a evolução dos mais recentes sistemas de contas nacionais brasileiros, os procedimentos de análise que levaram às constatações finais.

#### 3.1.1 Método Histórico

A partir das pesquisas referentes às diferentes versões do Sistema de Contas Nacionais empregadas para a mensuração dos agregados macroeconômicos no Brasil, bem como da investigação da continuidade desse trabalho ao longo do tempo, verifica-se que tal abordagem trata-se do método histórico de pesquisa.

O levantamento dos dados foi obtido junto a divulgações do atual órgão responsável pelos trabalhos estatísticos efetuados no país – o IBGE e ainda, senão principalmente, a partir de bibliografias e sites dedicados ao assunto.

Segundo LAKATOS, *“partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função”* (1983, p. 79). Assim, ainda segundo a autora, o método histórico consiste em averiguar acontecimentos, processos e instituições do passado a fim de verificar a sua influência na sociedade de hoje, visto que as instituições alcançaram seu desenho

atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo. Seu estudo, para um melhor entendimento do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas mudanças. Essas foram a metodologia e a compreensão adotadas para a confecção desta etapa do estudo.

### 3.1.2 Método Comparativo

O tratamento dos dados levantados, tendo estes sido os afetos às ferramentas de agrupamento e mensuração das atividades econômicas pelos sistemas de contabilidade social, conforme os capítulos seguintes, inserem tal processo no grupo do método comparativo. Esta forma de procedimento realiza comparações buscando verificar semelhanças e explicar divergências, sendo usada também para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado (LAKATOS, 1983, p. 80).

De acordo com o exposto acima, a forma adotada para a identificação das modificações positivas implementadas ao longo dos anos no SCN até a versão atual e o que ainda se encontra como dificultante a essa tarefa foi baseada na análise comparativa dos sistemas a partir de quando foi divulgado sob o formato de 1968, promovido pela ONU.

Assim, o método comparativo possibilitou a análise do dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos gerais e constantes, num estudo descritivo em que pôde se averiguar a analogia entre os elementos de diferentes estruturas de Contas Nacionais.

## **CAPÍTULO 4 - OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE SOCIAL NO BRASIL**

Foi somente após o fim da Segunda Guerra Mundial que as contas de renda e produto nacional, ou seja, as Contas Nacionais, foram unificadas. Após a grande depressão de 1930, quando o papel do governo na economia tinha cada vez mais importância e relatos econômicos eram baseados em dados rudimentares, promoveu-se o desenvolvimento de um conjunto abrangente de contas nacionais, a partir da necessidade sentida de informações como tais, sendo, assim, a principal ferramenta dos economistas para estudar uma realidade socioeconômica.

Embora desde 1947 existam no Brasil intuítos de se criar um sistema de contas nacionais, foi a partir de 1956 que o país passou a dispor, pela primeira vez, de um balanço geral da atividade econômica. Nesta época, o trabalho de mensurar os resultados dessa atividade era tarefa do Centro de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, da Fundação Getúlio Vargas, quando eram divulgadas substantivas séries de dados relativas não só à Contabilidade Social, mas, inclusive, a várias outras informações e estimativas importantes para que se tivesse uma visão mais precisa do desempenho da economia.

É até 1986 que o IBRE comanda a elaboração das Contas Nacionais, cedendo, a partir daí, essa responsabilidade ao IBGE, o qual promove uma profunda revisão metodológica e opera mudanças na estrutura desse sistema. Até 1993, a versão vigente do Sistema de Contas Nacionais respeitava as recomendações do SNA – System of National Accounts 1968. Após este período, dadas as novas determinações do sistema então proposto pela ONU, o IBGE desenvolveu, na mesma versão, algumas mudanças na apresentação das Contas Nacionais brasileiras, até 1997, quando se adotou, efetivamente, a versão de 1993 para o sistema.

A concepção do Sistema de Contabilidade Social moderno está apresentada no novo Sistema de Contas Nacionais de 1993 das Nações Unidas, que busca integrar os vários sistemas contábeis de representação da atividade econômica e oferece um painel da realidade econômica de um país em determinado período e sua evolução ao longo do tempo.

#### 4.1 SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS 1968

No Brasil, a adaptação do Sistema de Contas Nacionais à edição de 1993 do SNA ocorreu somente a partir de 1997, sendo que até 1996 seguia-se a antiga versão do sistema, a de 1968, embora não se estruturasse exatamente sempre da mesma forma, dadas as constantes modificações proporcionadas ao longo do tempo pelos órgãos responsáveis pelas estatísticas econômicas nacionais, a fim de aperfeiçoá-lo cada vez mais. Dessa forma, até 1986 o sistema vigente era apresentado por um conjunto de cinco contas:

- i) Conta de Produção;
- ii) Conta de Apropriação;
- iii) Conta Corrente do Governo;
- iv) Conta Consolidada de Capital e
- v) Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo.

A partir de 1987, quando o IBGE assumiu o cálculo, o sistema passou a ser caracterizado sob a forma de quatro contas:

- i) Conta Produto Interno Bruto (que se refere à antiga conta de produção);
- ii) Conta Renda Nacional Disponível Bruta (referente à conta de apropriação);
- iii) Conta de Capital e
- iv) Conta Transações com o Resto do Mundo.

Com essa mudança, portanto, a conta corrente do governo é excluída, apresentando-se à parte e diluída na ferramenta complementar Conta Corrente das Administrações Públicas. Para um melhor entendimento do assunto, elas serão apresentadas a seguir:

Quadro 1	
<b>Conta Produto Interno Bruto</b>	
Débitos	Créditos
1.1 PIB a custo de fatores (2.4)	1.4 Consumo final das famílias (2.1)
1.1.1 Remuneração dos empregados (2.4.1)	1.5 Consumo final das admnist. públicas (2.2)
1.1.2 Excedente Operacional Bruto (2.4.2)	1.6 Formação bruta de capital fixo (3.1)
1.2 Tributos Indiretos (2.7)	1.7 Variação de estoques (3.2)
2.8 (-) Subsídios (2.8)	1.8 Exportação de bens e serviços (4.1)
	1.9 (-) Importações de bens e serviços (4.5)
Produto Interno Bruto a preços de mercado	Dispêndio correspondente ao PIB

Quadro 2

<b>Conta Renda Nacional Disponível Bruta</b>	
Débitos	Créditos
2.1 Consumo final das famílias (1.4)	2.4 Prod. Interno Bruto a custo de fatores (1.1)
2.2 Consumo final das administ. públicas (1.5)	2.4.1 Remuneração dos empregados (1.1.1)
2.3 Poupança Bruta (3.3)	2.4.2 Excedente Operacional Bruto (1.1.2)
	2.5 Remuneração de empregados, liquida, recebida do resto do mundo (4.2 - 4.6)
	2.6 Outros rendimentos líquidos recebidos do resto do mundo (4.3 - 4.7)
	2.7 Tributos Indiretos (1.2)
	2.8 (-) Subsídios (1.3)
	2.9 Transferências unilaterais, líquidas, recebidas do resto do mundo (4.4 - 4.8)
Utilização da renda nacional disponível bruta	Apropriação da renda nacional disponível bruta

Quadro 3

<b>Conta de Capital</b>	
Débitos	Créditos
3.1 Formação bruta de capital fixo (1.6)	3.3 Poupança bruta (2.3)
3.1.1 Construção	3.4 (-) Saldo em transações correntes com o resto do mundo (4.9)
3.1.1.1 Administrações públicas	
3.1.1.2 Empresas e famílias	
3.1.2 Máquinas e equipamentos	
3.1.2.1 Administrações públicas	
3.1.2.2 Empresas e famílias	
3.1.3 Outros	
3.2 Variação de estoques (1.7)	
Total da formação bruta de capital	Financiamento da formação bruta de capital

Quadro 4

<b>Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo</b>	
Débitos	Créditos
4.1 Exportação de bens e serviços (1.8)	4.5 Importações de bens e serviços (1.9)
4.2 Remuneração de empregados recebida do resto do mundo (2.5 + 4.6)	4.6 Remuneração de empregados paga ao resto do mundo (4.2 - 2.5)
4.3 Outros rendimentos recebidos do resto do mundo (2.6 - 4.7)	4.7 Outros rendimentos pagos ao resto do mundo (4.3 - 2.6)
4.4 Transferências unilaterais recebidas do resto do mundo (2.9 - 4.8)	4.8 Transferências unilaterais pagas ao resto do mundo (4.4 - 2.9)
Recebimentos correntes	4.9 Saldo das Transações correntes com o resto do mundo (3.4)
	Utilização dos recebimentos correntes

Quadro 5

<b>Conta Complementar – Conta Corrente das Administrações Públicas</b>	
Débitos	Créditos
5.1 Consumo final das administrações públicas	5.6 Tributos indiretos
5.1.1 Salários e encargos	5.7 Tributos Diretos
5.1.2 Outras compras de bens e serviços	5.8 Outras receitas correntes líquidas
5.2 Subsídios	5.8.1 Outras receitas correntes brutas
5.3 Transferências de assistência e previdência	5.8.2 (-) Outras despesas de transferência
5.4 Juros da dívida pública interna	5.8.2.1 Transferências intragovernamentais
5.5 Poupança em conta corrente	5.8.2.2 transferências intergovernamentais
	5.8.2.3 Transferências ao setor privado
	5.8.2.4 Transferências ao exterior
Total da utilização da receita corrente	Total da receita corrente

Fonte: Paulani e Braga, 2000.

Na primeira conta tem-se como principal diferença as importações, que anteriormente apareciam lançadas no lado do débito para compor a oferta total de bens e serviços e, agora, passam a ser lançadas com sinal negativo no crédito da conta. Assim, tem-se nos lançamentos a débito o valor do Produto Interno Bruto a preços de mercado (tendo em vista considerar os impostos indiretos líquidos de subsídios) e no lado do crédito o dispêndio correspondente ao Produto Interno Bruto, ou a demanda agregada. Observam-se duas questões referentes a essa conta. Como nesse formato não existe a conta do governo, encontra-se aí, no crédito, o valor correspondente ao consumo do governo, que vai ter sua contrapartida a débito na segunda conta a ser apresentada. Além disso, o item excedente operacional bruto, constante a débito como subitem da rubrica produto interno bruto a custo de fatores, dá conta do montante total de lucros, aluguéis e juros pagos.

Na Conta Renda Nacional Disponível Bruta se tem, de modo geral, de um lado a utilização dessa renda (débito) e do outro a apropriação da mesma (crédito). Dessa vez, juntamente ao fato de se optar por apresentar a renda nacional em sua versão bruta, a ausência da conta do governo implica em não mais aparecer a débito a poupança líquida do setor privado, mas a poupança bruta, que é referente à poupança bruta desse setor (famílias e empresas) mais a poupança do governo. A necessidade de se incluir, no crédito, o valor dos impostos indiretos líquidos de subsídios é devido a apresentar-se nesse formato a renda a preços de mercado e não a custo de fatores. A geração de renda devido a fatores de produção de propriedade de não-residentes, líquida dos recebimentos devidos à atuação de residentes no resto do mundo, é contemplado pelo somatório dos itens remuneração de empregados líquida recebida do resto do mundo e outros rendimentos líquidos recebidos do resto do mundo, listados a crédito. Um outro item desse campo são as transferências unilaterais líquidas recebidas do resto do mundo, que fornecem o valor dos pagamentos e recebimentos, sem contrapartida, que ocorrem entre as economias.

A Conta de Capital revela o total da formação bruta de capital na economia através dos tópicos formação bruta de capital fixo, distribuído em construção,

máquinas e equipamentos e outros (e seus subitens<sup>1</sup>) e variação de estoques, no lado esquerdo, o do débito. No crédito são listadas a poupança bruta e o saldo em transações correntes com o resto do mundo, com sinal negativo, que formam o valor correspondente ao financiamento da formação bruta de capital. A poupança bruta refere-se ao que antes se tinha como o saldo da conta corrente do governo e a poupança do setor privado.

Finalmente, a Conta de Transações Correntes com o Resto do Mundo, que não teve alteração em sua essência em relação à conta do setor externo apresentada sob o formato antigo. Ela traz os recebimentos correntes no lado do débito e a utilização dos recebimentos correntes pelo lado do crédito. Observa-se uma mudança quanto ao lado em que se encontra a rubrica relativa ao resultado das transações correntes com o resto do mundo, que, agora, é inserida no lado do crédito com a denominação alterada para saldo das transações correntes com o resto do mundo, em vez de déficit, como na versão anterior. Dessa forma, fica mais evidente que, se o valor encontrado for negativo, houve um déficit nas contas correntes externas do país, ou seja, poupança do exterior, enquanto que, sendo positivo, indica um superávit econômico.

Outra diferença é que em vez de a renda líquida enviada ao exterior estar inserida no crédito, como no antigo formato, tem-se, assim, ela discriminada em ambos os lados como os recebimentos e os pagamentos referentes à remuneração de empregados, outros rendimentos e transferências entre o Brasil e o resto do mundo. Apesar de o resultado final ser o mesmo, essa é uma forma mais versátil e mais útil de apresentação. Reduzindo das rendas recebidas as rendas enviadas ao resto do mundo tem-se, obviamente, um saldo que pode aparecer tanto no lado do débito como no do crédito da conta. Como o Brasil sempre envia mais do que recebe, ou seja, tem um saldo sempre negativo, na versão anterior usava-se denominar a rubrica pelo resultado que ela sempre dá, aparecendo no lado do crédito do resto do mundo. A mensuração dos fluxos enviados e recebidos, com a discriminação dos volumes calculados para cada um dos itens que os compõem,

---

<sup>1</sup> Essa forma de apresentação configura uma vantagem se comparada à de cinco contas, pois discrimina a participação dos setores público e privado na formação bruta de capital fixo.

possibilita a verificação do desempenho de tais agregados dentro do contexto internacional.

Resta ainda investigar a conta complementar do antigo sistema, a conta corrente das administrações públicas, que objetiva detalhar a atividade do governo, implícita, como visto nas quatro contas principais. Essa conta não apresenta contrapartida contábil com as demais, informando os componentes dos gastos correntes do governo (inclusive os juros sobre a dívida) e a composição da sua receita corrente, sendo de tributos e outras receitas, apresentando ainda o saldo desses fluxos no período em questão. No lado do débito encontram-se inseridos o consumo final das administrações públicas, os subsídios, as transferências efetuadas, juros da dívida pública interna e a poupança em conta corrente, totalizando a utilização da receita corrente. Já o lado do crédito é dividido entre os tributos (diretos e indiretos) e outras receitas correntes líquidas, informando o total da receita corrente do governo.

#### 4.2 SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS 1993

Apesar das mudanças de forma, como se poderá observar, implementadas pelo SNA 1993, o sistema continua validando os princípios contábeis que nortearam todos os sistemas de contabilidade nacional já produzidos, isto é, mantém a noção do princípio das partidas dobradas, conforme introduzido na abordagem de Keynes, no segundo capítulo.

O novo sistema introduziu outros instrumentos adicionais para a análise do comportamento da economia como um todo, além das contas econômicas integradas que se assemelham às quatro contas do antigo sistema, sendo que se destaca a tabela de recursos e usos de bens e serviços, cuja estrutura será apresentada a seguir. Estará sendo apresentada primeiramente a TRU tendo em vista levar ao conhecimento do leitor conceitos cujas noções se farão necessárias ao abordar as CEIs.

A Tabela de Recursos e Usos proporciona os resultados dos agregados macroeconômicos por setores de atividade econômica, o que permite visualizar as

transações entre os diversos setores. A título de uma compreensão mais concreta de como se estrutura a TRU, um exemplo composto por seis setores para uma economia hipotética pode ser visualizado na tabela 1. De fato, nas TRU elaboradas para o Brasil são apresentados doze setores, mas estarão sendo considerados seis deles a fim de simplificar a apresentação. O setor A corresponde à agropecuária da tabela original, o setor I corresponde aos setores da indústria extrativista mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil, o setor S, referente aos setores de comunicações, aluguéis e outros serviços da tabela original, setor F, que equivale ao setor instituições financeiras, o setor C + T, correspondente aos setores comércio e transportes da tabela original e setor G, que corresponde ao setor administração pública da tabela elaborada para o Brasil (PAULANI, p. 108 e segs). A TRU compreende seis blocos principais de informações, chamados quadrantes. Uma equação básica traduz a tabela de recursos de bens e serviços e abrange o que é produzido e o que é importado, sendo apresentada por:

$$\text{Oferta} = \text{produção}^2 + \text{importação}^3$$

$$A = A_1 + A_2$$

O quadrante A é composto por quatro colunas e apresenta a oferta total de cada setor<sup>4</sup> a preços de consumidor e a preços básicos. A diferença entre as duas está em que a oferta total a preços básicos considera os preços na porta da fábrica, isto é, acrescentando a esse nível de valoração os impostos líquidos de subsídios sobre produtos (o que caracterizaria nível de preços ao produtor) e as margens de comércio e transporte e os impostos sobre o valor adicionado, chega-se ao preço de consumidor<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Atividade social básica que organiza recursos escassos para produzir bens e serviços destinados à satisfação das necessidades humanas.

<sup>3</sup> Demanda pela produção decorrente de produtores não residentes.

<sup>4</sup> Destaca-se a importância de haver um maior detalhamento das operações por setor, o que confere uma maior integração com a matriz insumo-produto, configurando-se num sistema mais útil e transparente.

<sup>5</sup> Nota-se aí uma diferença de conceito frente ao sistema anterior. O que atualmente é mensurado a preços básicos refere-se ao que anteriormente tinha-se por custo de fatores, obtido pelo preço de mercado (hoje concebido por preço de consumidor, equivalente à remuneração dos fatores, isto é, salários, juros, lucros, aluguéis) deduzidos os impostos indiretos líquidos de subsídios. Porém, conforme se verifica através da TRU, agora na oferta total a preços básicos encontra-se inserido também o valor referente às importações e às margens de comércio e transporte.

TABELA 1

## TABELA DE RECURSOS E USOS PARA UMA ECONOMIA HIPOTÉTICA

TABELA DE RECURSOS DE BENS E SERVIÇOS

Descrição do Produto	Oferta de Bens e Serviços - A				Produção das Atividades - A1								A2	
	Oferta Total Preço / Consumid.	Margem de Comércio e Transporte	Imposto s/ Produtos e Importação	Oferta Total Preços Básicos	Setor A	Setor I	Setor S	Setor F	Setores C+T	Setor G	Dummy Financ.	Total Ativid.	Total Econ.	Import
Setor A	500	50	20	430	390	20	0	0	0	10	0	420		10
Setor I	3000	300	300	2400	40	2100	30	0	10	20	0	2300		200
Setor S	2000	200	200	1600	0	0	1600	0	0	0	0	1600		0
Setor F	400	0	20	380	0	0	0	370	0	0	0	370		10
Setores C+T	200	-550	10	740	0	10	0	0	700	0	0	730		30
Setor G	700	0	0	700	0	0	0	0	0	700	0	700		0
TOTAL	6800	0	550	6250	430	2130	1630	370	710	730	0	6000		250

TABELA DE USOS DE BENS E SERVIÇOS

Descrição do Produto	Oferta Total Preço / Consumid.	Consumo Intermediário das Atividades - B1										B2						
		Setor A	Setor I	Setor S	Setor F	Setores C+T	Setor G	Dummy Financ.	Total Ativid.	Export	Cons. de G	Cons. Famil.	FBKF	Variac. Estoc.	Dem. Final	Dem. Total		
Setor A	500	70	250	15	0	0	15	0	350	30	0	105	10	5	150	500		
Setor I	3000	100	1050	310	15	200	95	0	1770	140	0	670	400	20	1230	3000		
Setor S	2000	5	20	50	5	50	120	0	250	30	0	1700	20	0	1750	2000		
Setor F	400	0	20	5	30	20	5	210	290	20	0	90	0	0	110	400		
Setores C+T	200	5	60	20	5	50	5	0	145	15	0	40	0	0	55	200		
Setor G	700	0	0	0	-45	0	0	0	45	0	0	0	0	0	655	700		
TOTAL	6800	180	1400	400	100	320	240	210	2850	Total Econ.	235	655	2605	430	25	3950	6800	

Componentes do Valor Adicionado - C												
Valor Adicionado Bruto PIB	550	250	730	1230	270	390	490	-210	3150	3700	=PIB	
Remunerações (a + B)		50	200	670	180	190	490	0	1780	1780		
a) Salários		40	160	550	150	150	320	0	1370	1370		
b) Contribuições Sociais		10	40	120	30	40	170	0	410	410		
Excedente Operacional Bruto		220	440	280	60	100	0	-210	895	895		
Rendimento de Autônomos		25	15	210	10	80	0	0	340	340		
Impostos liq. de Subsid. s/ Prod e Imp.										550		
Outros Impostos s/ a Produção	550	50	80	70	15	20	0	0	235	235		
Outros Subsídios s/ a Produção		-95	-5	0	0	0	0	0	-100	-100		
Valor da Produção	550	430	2130	1630	370	710	730	0	6000	6550		

Fonte: Paulani e Braga, p. 109.

Já o quadrante  $A_1$  informa os valores alcançados pela produção doméstica, sendo que cada linha indica em quais atividades os produtos são produzidos e as colunas apresentam a composição em termos de insumos desses produtos pelas atividades. O quadrante  $A_2$ , por sua vez, vai estar mostrando os valores, em moeda local, alcançados pelas importações de bens e serviços realizadas pelo país.

Já pela equação básica da tabela de usos de bens e serviços a oferta é definida por:

$$\text{Oferta} = \text{consumo intermediário}^6 + \text{demanda final}^7$$

$$A = B_1 + B_2$$

Analisando o quadrante B, nota-se os valores das compras intermediárias que os setores e unidades empresariais efetuam entre si para obter as matérias-primas necessárias à produção de seus bens. É importante observar que, por meio da TRU, o novo formato das Contas Nacionais no Brasil conseguiu de fato uma integração com a matriz insumo-produto, o que vinha sendo buscado há algum tempo entre os sistemas de operação estatística, pois a principal informação que a matriz insumo-produto fornece é justamente a composição dos insumos necessários à produção de cada bem em particular. O quadrante  $B_1$  discrimina quanto cada um dos setores comprou em insumos dos demais setores. O quadrante  $B_2$ , então, mostra a demanda final em seus componentes básicos e cujos valores totais, somados no agregado e setorialmente, aos obtidos no  $B_1$  (do consumo intermediário), informam o valor da oferta total de bens e serviços (coluna demanda total), tal como aparece na equação básica da tabela de usos de bens e serviços da TRU.

Ou seja, no quadrante A está disposto o total de recursos postos à disposição dos agentes no ano em questão, distinguindo os valores devidos à produção doméstica e os devidos à importação. Por sua vez, a tabela de usos de bens e serviços faz o desmembramento, sob o ponto de vista da utilização, da mesma oferta total em consumo intermediário e demanda final. Os quadrantes  $B_1$  e

---

<sup>6</sup> Consumo de bens e serviços mercantis utilizados na produção de outros bens e serviços mercantis ou não.

<sup>7</sup> Obtida pelo somatório do consumo mais os investimentos e as importações.

$B_2$  se configuram, portanto, numa matriz insumo-produto, visto que mostra as compras intermediárias entre os diversos setores da economia para produzir seus bens e serviços e a demanda final pelos mesmos.

Com esses dados é possível chegar-se ao valor do PIB, através da equação  $PIB = B_2 - A_2$ , isto é, deduzindo da demanda final o valor das importações. Além desses cinco quadrantes ( $A$ ,  $A_1$ ,  $A_2$ ,  $B_1$ ,  $B_2$ ), a TRU ainda incorpora um sexto quadrante (quadrante C), o qual decompõe o valor adicionado de cada setor em categorias de renda, conforme pode ser visto na tabela 1 (as tabelas da economia brasileira para o ano de 1995 podem ser verificadas em anexo ao trabalho).

#### 4.2.1 Contas Econômicas Integradas

As CEIs – Contas Econômicas Integradas formam a estrutura central do novo Sistema de Contas Nacionais. Elas são construídas em torno de uma seqüência de contas de fluxo, as quais descrevem a ocorrência de diferentes tipos de atividades econômicas num determinado período de tempo, inter-relacionadas com as contas de patrimônio, que registram os valores de ativos e passivos detidos pelos setores institucionais no início e fim dos períodos. A ligação entre as contas que compõem as CEIs é dada através do transporte do saldo de uma conta para as seguintes. Os saldos são relativos a agregados econômicos de interesse, como PIB, Renda Nacional, Renda Disponível, Poupança Bruta etc. Eles são obtidos de forma residual, representando o resultado líquido das atividades, através da diferença entre o total dos recursos e dos usos registrados nos dois lados das contas. No lado esquerdo são lançados, por convenção, os usos, que se referem às transações que reduzem o montante do valor econômico de um setor. O termo recursos designa o lado das contas-correntes onde figuram operações que aumentam o valor econômico dos setores.

Nas linhas das Contas Econômicas Integradas encontram-se as operações, em que são apresentados os valores a pagar e receber dos diversos setores institucionais do resto do mundo.

Já as colunas apresentam os setores institucionais, em ambos os lados. Esses setores são instituições caracterizadas pela autonomia de decisão e unidade patrimonial, classificados conforme sua atividade econômica principal.

A estrutura das CEIs está baseada em três subconjuntos de contas: as Contas-Correntes, Contas de Acumulação e Contas de Patrimônio. As contas-correntes determinam a produção, distribuição e utilização da renda. Elas apresentam desde a atividade de produção de bens e serviços até a alocação final entre consumo e poupança, passando pela geração de renda e a subsequente distribuição e redistribuição de rendimentos pelas unidades institucionais. O saldo de cada conta é lançado no lado esquerdo e representa o termo de abertura da conta seguinte, registrado do lado direito, sendo que a poupança marca o último saldo dessas contas. A visualização dos dados das contas correntes deverá facilitar o entendimento, conforme o que segue:

<b>CONTAS CORRENTES</b>		
USOS	OPERAÇÕES E SALDOS	RECURSOS
Conta de Produção		
	Importação de bens e serviços	499
540	Exportação de bens e serviços	
	Produção	3604
1883	Consumo intermediário	
	Impostos líquidos de subsídios s/ produtos	133
1854	Valor adicionado bruto/PIB	
222	Depreciação	
1632	Valor adicionado líquido/PIL	
	Saldo externo de bens e serviços	-41
Conta de Geração da Renda		
	Valor adicionado líquido/PIL	1632
-41	Saldo externo de bens e serviços	
762	Remuneração dos empregados	
191	Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação	
679	Excedente operac. bruto e rendimento misto	
Conta de Alocação Primária da Renda		

continua

	Excedente operac. bruto e rendimento misto	679
	Remuneração dos empregados	762
	Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação	191
391	Renda de propriedade	416
1661	Saldo das rendas primárias líquidas/RNL	
<b>Conta de Distribuição Secundária da Renda</b>		
	Saldo das rendas primárias líquidas/RNL	1661
212	Impostos correntes s/ a renda, a riqueza, etc.	213
322	Contribuições sociais	322
332	Benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie	332
269	Outras transferências correntes	239
1632	Renda disponível líquida	
<b>Conta de Uso da Renda</b>		
	Renda disponível líquida	1632
1399	Consumo final	
11	Ajustamento para variação das participações líquidas de famílias em fundos de pensão	
233	Poupança líquida	
-41	Saldo externo corrente	

Fonte: FEIJÓ, C. 2003, p.116.

### CONTAS DE ACUMULAÇÃO

USOS	OPERAÇÕES E SALDOS	RECURSOS
<b>Conta de Capital</b>		
	Poupança líquida	233
	Saldo externo corrente	-41
414	Formação bruta de capital	
-222	Depreciação (-)	
0	Variação de estoque	
	Transferência de capital a receber	62
	Transferência de capital a pagar (-)	-65
	Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e transferência líquida de capital	230
38	Capacidade(+)/necessidade(-) líq. de financiamento	
<b>Conta Financeira</b>		

continua

	Capacidade(+)/necessidade(-) liq. de financiamento	38
641	Aquisição líquida de ativos financeiros	
	Assunção de passivos financeiros	603
Conta de Outras Mudanças nos Ativos Financeiros		
27	Descoberta de novos recursos econômicos	
4	Crescimento natural de recursos biológicos não-cultivados	
-9	Desaparecimento econômico de ativos não-produzidos	
-11	Perdas resultantes de catástrofes e expropriações sem indenizações	
4	Outras mudanças em volume líquidas	-2
0	Mudanças na classificação e estrutura	0
	Mudanças no patrimônio líquido resultantes de outras mudanças no volume dos ativos	17
Conta de Reavaliação		
	Ganhos/perdas nominais provenientes da propriedade de:	
280	Ativos não-financeiros	
84	Ativos financeiros	
	Passivos financeiros	76
	Mudanças no patrimônio líquido resultantes dos ganhos (+)/ perdas(-) nominais	288

Fonte: FEIJÓ, C. 2003, p. 118.

### CONTAS DE PATRIMÔNIO

USOS	OPERAÇÕES E SALDOS	RECURSOS
Conta de Patrimônio Inicial (Abertura)		
9922	Ativos não-financeiros	
6792	Ativos financeiros	
	Passivos	6298
	Patrimônio líquido	10.416
Conta de Patrimônio Final (Fechamento)		
10.404	Ativos não-financeiros	
7522	Ativos financeiros	
	Passivos	6975
	Patrimônio líquido	10.951

Fonte: FEIJÓ, C. 2003, p. 120.

As contas de acumulação são as que apresentam a variação de ativos e passivos e do patrimônio líquido. Elas abrem com a poupança e registram os “fluxos de transações” e “outros fluxos”, os quais representam, do lado esquerdo, as mudanças nos ativos e, do direito, as variações nos passivos e no patrimônio líquido. O registro desses dois tipos de fluxos marca uma importante inovação na versão de 1993 das Contas Nacionais, pois como outros fluxos são entendidas as mudanças no valor de ativos e passivos não decorrentes de transações econômicas, e não como as operações de produção, compra e venda inseridas em fluxos de transações. Essa distinção reconhece diferentes fenômenos que alteram os valores de ativos e passivos que não as transações monetárias.

A articulação entre as contas-correntes e as de acumulação é dada pela poupança, que pode ser empregada na compra de ativos reais ou financeiros. Quando inferior à aquisição de ativos reais, essa aquisição terá de ser financiada pela cessão de ativos ou pelo aumento do endividamento do setor institucional.

As contas de acumulação são compostas por: Conta de Capital, Conta Financeira, as quais formam um primeiro grupo que evidencia o saldo contabilístico capacidade/necessidade de financiamento, e um segundo grupo formado pela Conta de Outras Variações no Volume dos Ativos e Conta de Reavaliação, que consideram as variações de ativos, passivos e patrimônio líquido resultantes de operações não registradas no grupo anterior. Por sua vez, as informações dos dois grupos irão registrar a variação patrimonial na construção das contas de patrimônio.

Assim como as contas de acumulação tratam da variação de ativos e passivos e do patrimônio líquido, as contas de patrimônio são as responsáveis por apresentar os estoques desses agregados, mostrando os valores de balanço dos ativos e passivos dos setores institucionais no início e no fim dos períodos contábeis. Elas são subdivididas em Conta de Patrimônio Inicial, Conta de Variação de Patrimônio e Conta de Patrimônio Final, sendo que as operações registradas por elas são a variação dos ativos não-financeiros, a variação dos ativos financeiros, a variação dos passivos financeiros e a variação do patrimônio líquido.

Há uma ligação entre as contas de fluxos (contas-correntes e contas de acumulação) e as contas de patrimônio relativa ao fato de uma variação de

estoques ser o resultado de uma prévia acumulação de fluxos. A Conta de Patrimônio de Fechamento é que conclui a seqüência das CEIs, sendo esta obtida a partir da Conta de Patrimônio de Abertura e pelas variações registradas na Conta de Variação de Patrimônio. É válido lembrar que este conceito engloba tanto os ativos tangíveis como os intangíveis (marcas e patentes, por exemplo), além dos ativos financeiros (encontram-se em anexo ao trabalho as contas de produção, renda e capital da economia brasileira para o ano de 2001).

## **5 DIFICULDADES DE MENSURACAO ENCONTRADAS NO BRASIL E FONTES DE DADOS**

### **5.1 LEVANTAMENTO DAS FONTES DE DADOS**

Faz-se necessário, neste momento, abordar as unidades de investigação estatística nas Contas Nacionais. Visto que o trabalho inclui o valor da produção, o tipo de bens e serviços produzidos, o uso dos produtos, o custo de produção, a renda gerada, sua distribuição, além das operações financeiras, é preciso que se aproprie de informações contábeis produzidas por empresas que passam por diversas estruturas organizacionais, dada a necessidade de se abranger toda essa larga gama de transações.

Entretanto, para a elaboração dos quadros e tabelas do sistema, existe a minuciosa tarefa de agregar informações dispersas em várias fontes para se obter os dados organizados conforme constam nos instrumentos contábeis do SCN. Tal agregação segue determinados critérios para cada unidade de investigação, a saber: localização geográfica, classificação por setor de atividade e classificação por setor institucional.

Para as Tabelas de Recursos e Usos, até 1995, as principais fontes de dados eram os Censos Econômicos de 1985, os quais forneciam a classificação de atividades adotada, conforme conjuntos de estabelecimentos baseados em critérios de homogeneidade quanto a mercados, isto é, quanto ao destino dos bens e serviços produzidos, e semelhança de insumos ou processos de produção. A partir daquele ano, o IBGE alterou seu Sistema de Estatísticas Econômicas substituindo os Censos Econômicos que abrangiam os setores Industrial, Comercial, da Construção, dos Transportes e dos Serviços por pesquisas anuais de base amostrai desenhadas a partir de um cadastro central de empresas (IBGE, 2006, p. 40).

Assim, observa-se, a partir do estudo deste trabalho do IBGE, que a unidade estatística informante depende sempre do tipo de registro que se quer mensurar. Neste contexto, podem ser apontadas algumas fontes de levantamento de dados.

A valoração das exportações, a preços FOB, é obtida a partir da classificação das informações da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX e da Divisão do Balanço de Pagamentos do Banco Central. Já a estimativa do consumo intermediário da atividade educação mercantil, por exemplo, baseia-se na estrutura de custos dada pelo IRPJ.

O IRPJ e a pesquisa Estatísticas Econômicas das Empresas Públicas – EPU disponibilizam informações referentes a remuneração a dirigentes, gratificações a administradores, custo de pessoal ocupado na produção, despesas com ordenados e salários, participação dos empregados nos lucros, gratificações e outras remunerações pagas a empregados, assim como os encargos sociais. Estes, relativos ao valor devido no período, incluem, além do FGTS, o total de recolhimento do INSS e a contribuição dos empregadores à previdência privada.

As fontes básicas de informações para os serviços prestados pelas instituições financeiras são os balancetes semestrais analíticos dessas empresas, as quais os preparam sob a forma do Plano Contábil das Instituições Financeiras – COSIF e do Plano Geral de Contas do Banco Central, ambos consolidados pelo BC. Além disso, dados complementares são fornecidos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e outras instituições públicas e privadas presentes no mercado financeiro nacional.

O balanço das empresas e o demonstrativo de lucros e perdas contribuem para a obtenção de informações sobre lucros, dividendos, poupança e investimento em ativo fixo. Para dados relativos ao processo de produção, como os estudos de produtividade e de insumo-produto, o estabelecimento produtivo é que fornece os resultados, visto que dispõem de dados detalhados sobre quantidades produzidas e consumidas.

Nota-se que o conjunto de informações decorrente dos Censos Econômicos e do IRPJ é bastante representativo na apuração dos resultados das Contas Nacionais, cobrindo as várias formas de organização produtiva na economia brasileira. Não obstante, a PNAD, tendo como unidade de observação em abrangência nacional o domicílio, capta, além da mão-de-obra estabelecida em empresas formais, também aquela ocupada em atividades em que o trabalho por

conta própria ou realizado em unidades de produção não legalmente organizadas é significativo.

Dessa forma, os registros do IRPJ e da PNAD propiciam a obtenção de conjuntos de dados alternativos, fornecendo informações a respeito de outras atividades que não foram objeto de investigação nos Censos Econômicos. Este conjunto de ferramentas, aliado a pesquisas mais específicas quanto a produtos e serviços, proporciona o levantamento estatístico necessário à elaboração das estimativas econômicas da Contabilidade Social no Brasil.

## 5.2 AS DIFICULDADES

Que o trabalho de elaboração das Contas Nacionais compreende um “mega evento” da Contabilidade Social aplicada a uma dinâmica econômica que atinge e é o próprio reflexo de inúmeros agentes e atividades já se sabe. Assim sendo, um moderno sistema de Contas Nacionais que pretende demonstrar não somente medidas de agregados relativos às etapas do circuito econômico, mas também os mecanismos desse circuito e suas articulações inerentes ao processo, exige que se exponha as grandes e diversas categorias de operações, atividades e produtos envolvidos, através de decomposições necessárias.

Como em qualquer processo de produção estatística, esse sistema precisa adotar definições referentes às unidades fundamentais e aos critérios para sua agregação, aos fenômenos que se busca identificar e quantificar e os critérios tomados para essa mensuração, além da forma de se demonstrar os resultados obtidos. Isso impõe, naturalmente, uma série de fatores dificultadores aos técnicos responsáveis por essa construção, levantados a partir do relatório metodológico da elaboração das Contas Nacionais apresentado pelo IBGE, como os de maior relevância, que serão apresentados ainda neste capítulo.

Cada nova proposta de elaboração do Sistema de Contas Nacionais produzida pela Organização das Nações Unidas vem acompanhada de mudanças e melhorias em sua metodologia, que visam aperfeiçoar o processo e aproximar os resultados obtidos do verdadeiro desempenho de cada setor da economia.

A partir disso, cada país incorpora as novas versões ao seu sistema de contas, buscando seguir a uniformidade que se pretende em termos mundiais para o trabalho, mas com uma certa dose de arbítrio para definir fatores internos, dado que as realidades econômicas variam substancialmente entre um local e outro e os resultados finais indicarão o confronto de fontes distintas. Isto permite que se apontem questionamentos a esse respeito, quando feitas análises do ponto de vista das comparações/conversões concebidas para dados de diferentes regiões. Por exemplo, as formas diferentes como cada país considera as atividades não monetizadas<sup>8</sup>, ou também, a questão do mercado (ou economia) informal, dado que são tratados da maneira que melhor convém a cada local (Paulani & Braga, 2000, p. 79). A priori, a consistência dos dados é garantida pela aplicação de mesmos conceitos e normas contábeis. No Brasil, as estimativas para a parcela do setor informal giram em torno de 10% a 30%, ou seja, uma variação significativa que nunca poderá se conhecer exatamente (Paulani & Braga, 2000, p. 77).

Diferentes versões para o SCN já foram desenvolvidas, tendo sido a mais recente no ano de 1993. Porém, foi em dezembro de 1997 que o IBGE divulgou as Contas Nacionais do Brasil produzidas sob a luz da nova metodologia.

O antigo sistema (SNA 1968) trazia um modelo bastante semelhante ao Manual de Contas Padrão, de 1953, o qual resumia a contabilidade nacional em seis contas, acompanhadas de quadros estatísticos, sendo elas: conta de produção, apropriação da renda, capital, operações com o resto do mundo, unidades familiares e administrações públicas.

Ao longo dos anos, em ocasiões pertinentes, mudanças conceituais de definições e classificações foram aplicadas, consolidando-se num sistema consistente e integrado. Buscava-se decompor melhor os fluxos entre os agentes

---

<sup>8</sup> Atividades econômicas que não passam pelo circuito *bens e serviços - dinheiro - bens e serviços - dinheiro*, ou seja, que não se integram ao fluxo circular da renda. Por exemplo, a pequena produção agrícola de subsistência, destinada ao consumo próprio e ao da família do pequeno agricultor (Paulani e Braga, 2000). Da mesma forma, podem ser citados também os serviços prestados pelas donas de casa e o trabalho das costureiras que produzem para a própria família, exemplos de fatores conhecidos na Contabilidade Social como dificuldades conceituais. Tais dificuldades devem ser estimadas atribuindo-lhes valores que supostamente teriam se tivessem passado pelo mercado, o que impõe certo grau de arbítrio em se decidir que preço dar a elas e quais farão ou não parte das estimativas, dificultando ainda mais as comparações internacionais.

econômicos e dar mais evidência ao ciclo produtivo, ou seja, que o sistema se apresentasse mais amplo e desagregado.

Alterações no método de tratamento das estimativas também proporcionam que o sistema atual não somente agregue mais informações, mas apresente resultados mais qualificados. Em face às inovações tecnológicas nos setores da informação, financeiro e governamental, a última atualização do manual de Contas Nacionais objetivou que esse sistema acompanhasse a evolução dos processos econômicos, pois são fatores que impõem novas considerações sobre a forma de mensurá-los.

Segundo FEIJÓ (p.58), o avanço da tecnologia da informação coloca novos desafios à mensuração da atividade econômica, sendo que críticas freqüentes à estimativa do PIB apontam para a dificuldade de se mensurar particularmente, dentre o setor serviços, os serviços de informação, como um importante fator de subestimativa do produto agregado e do crescimento da produtividade. Tais serviços referem-se àqueles cuja introdução de inovações aumentam a produção e reduzem o custo, o que muitas vezes não aparece nas contas nacionais, quando a mensuração do produto se dá através dos insumos que consome. Os autores destacam ainda que as estatísticas oficiais estão mais preparadas para a estimativa do setor industrial, em que os produtos são mais facilmente identificados, do que no setor serviços, cujas unidades de medida são mais difíceis de serem apuradas. Os estabelecimentos de prestação de serviços a pessoas ou entidades constituem a unidade de coleta para o levantamento das informações desse último setor.

Destaca-se como outro elemento de atualização do SNA, principalmente pela relevância que tem no cenário econômico brasileiro, a questão da inflação. Dado que os registros das Contas Nacionais para os diversos agregados são resultado da operação preços vezes quantidades, devido às variações ocorridas nos níveis de preços, esses valores estão sujeitos a alterações que, eventualmente, podem não estar representando nenhuma variação real. Daí a importância de se deflacionar uma série de valores quando comparada à de outro período, porque isso pode estar sendo feito baseado em variáveis que são de fato heterogêneas. Porém, tais ajustes incidem apenas sobre a distribuição de renda entre os agentes, pois, se no

período observado a inflação for muito elevada, o rendimento dos ativos que oferecem alguma rentabilidade a seus proprietários pode ser meramente o suficiente para recompor o valor nominal do próprio ativo, não incidindo também sobre o montante dos agregados, como a renda disponível e a poupança agregada (Paulani & Braga, 2000, p. 71).

O relatório metodológico do SCN divulgado pelo IBGE faz menção a uma outra problemática referente ao setor famílias, que insere também a questão dos autônomos, cuja produção não dispõe de pesquisas. O agente famílias acaba por contemplar tanto unidades consumidoras quanto produtoras, visto que a renda oriunda de atividades produtivas familiares se confunde muitas vezes com o patrimônio "salário" da pessoa física, mascarando a verdadeira relação fontes/ usos dessas instituições. A heterogeneidade da composição desse setor no cenário conceitual das Contas Nacionais, o que torna suas operações agregadas de difícil análise, provém, basicamente, de duas questões quanto à forma de organização da estrutura econômica: dessa falta de distinção da gestão da renda das famílias enquanto consumidoras ou produtoras independentes e nas falhas na dimensão da dimensão dos demais segmentos da economia, devido a limitações de disponibilidade de dados. No aperfeiçoamento das estatísticas básicas e do trabalho das contas dos setores institucionais é que se aposta para a melhoria desse quadro.

Observa-se agora um tema bastante complexo sobre o objeto de estudo em questão, que se refere aos recursos naturais nas Contas Nacionais. Pelo fato de que não são gerados a partir de atividades produtivas, isto é, são usados como insumos dentro da fronteira de produção, mas não são produzidos por ela, as estatísticas ignoram sua exaustão ou degradação, embora eles tenham importância econômica para o país. A dificuldade está em como valorar essas perdas sofridas pelo meio ambiente em termos monetários. A interferência da utilização do capital natural nas relações econômicas se dá de duas formas. Pode-se entender tal uso como um serviço prestado pelo meio ambiente, sendo assim, um tipo de subsídio para a produção, que deveria alterar o cálculo do produto agregado. E também, seja

pela exaustão dos recursos ou pela degradação da natureza, como uma perda sofrida por ela, o que gera custos.

Dentro deste âmbito, podem ser identificados alguns conceitos relacionados às principais sugestões de ajuste das Contas Nacionais, a fim de se valorar o comprometimento dos recursos ambientais. Um deles seriam as chamadas despesas defensivas, isto é, os custos decorridos pela economia para se precaver contra a poluição ou degradação decorrente do uso dos recursos de fluxo, que deveriam ser excluídos da demanda final calculada. Um fator dificultador para isso seria, porém, a arbitrariedade da definição de tais despesas. Questiona-se também retirar do produto os gastos que a economia deveria dispende para evitar a degradação, por exemplo, destacar e excluir do valor final do PIB os investimentos como a instalação de equipamentos antipoluentes e despesas como as decorrentes dos processos de controle e limpeza ambiental, sendo apenas gastos potenciais. Estas seriam as despesas ambientais. Uma outra alternativa seria, também, tratar os custos e benefícios sociais prestados pelo meio ambiente como um agente econômico, atribuindo a ele uma conta específica que registrasse as transações com os demais agentes. Porém, vale lembrar que todos os procedimentos sugeridos esbarram em problemas metodológicos somados à disponibilidade insuficiente de informações estatísticas e conhecimento da extensão dos impactos ambientais, não havendo ainda um consenso sobre qual é o mais adequado, isto é, ainda não são considerações sistematizadas pelo Manual de Contas Nacionais. Portanto, até então cabe a cada país adotar ou não os critérios propostos para tal problemática.

O confronto das estimativas relativas às empresas não financeiras insere outra dificuldade, ao se igualar os registros provenientes da produção, originários de diversas fontes estatísticas, aos dados dos setores institucionais referentes aos valores administrativos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ. Para isso, havendo qualquer alteração, analisa-se entre os responsáveis pelas contas intermediárias e pelas tabelas de recursos e usos a hipótese de voltarem aos trabalhos a fim de incluírem modificações pertinentes.

Verifica-se também, no SCN, a fragilidade das estimativas relativas às Instituições sem Fins Lucrativos – ISFL, as quais abrangem entidades que atendem tanto famílias como empresas. A última versão do manual da ONU orienta que o montante calculado para essas instituições seja incluído no sistema de contas no âmbito dos seus respectivos segmentos, porém, para o SCN não foi possível seguir esta norma devido à insuficiência de informações básicas, pois, tendo seus dados parciais obtidos a partir de fontes diversas, as operações das ISFLs foram estimadas de forma abrangente, sem distinção quanto ao tipo de unidade de vinculação. Ainda por falta de levantamentos confiáveis até o momento, a produção de serviços não mercantis das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias – ISFLSFs e das administrações públicas, que deveria ser expressa pelos custos totais da produção, ou seja, incluindo a depreciação ou consumo de capital fixo, só é valorada pelo cálculo do consumo intermediário, da remuneração dos empregados e outros impostos sobre a produção, excluindo, portanto, o consumo de capital fixo do valor de produção desses setores.

A forma de tratamento de algumas variáveis, vez por outra, também precisa ser alterada devido a deficiências nas estimativas, como, por exemplo, a variação de gado leiteiro e do rebanho reprodutor, assim como outros animais de serviços, que é tratada como variação de estoques, sendo que estaria mais propriamente vinculada ao agregado Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF (IBGE). O contrário ocorre com os equipamentos e meios de transportes para fins militares e os gastos das administrações públicas com as construções militares não-residenciais, que são incluídos como FBCF por dificuldades de identificação específica.

A obtenção da medida de variações de estoques exige adaptações em relação à diferença de conceito de medida dos estoques na contabilidade das empresas, que, basicamente, são quem fornecem as informações, e das Contas Nacionais. Esta variação está relacionada ao fluxo de entrada e saída a preços de mercado do dia da entrada ou da saída. Os dados disponíveis para o cálculo da variação de estoques permitem, geralmente, conhecer seus valores do início e do fim do período de estocagem, sendo necessário deduzir a valorização dos produtos correspondente à alteração dos preços nesse intervalo.

As contas nacionais imputadas correspondem ao valor dos benefícios que o empregador fornece diretamente ao empregado, sem passar pelo circuito previdenciário. Tendo em vista a dificuldade em se determinar esse montante, o SNA 1993 introduz a alternativa de valorá-las pelo cômputo dos benefícios pagos pelos empregadores no exercício de uma função.

Segundo o relatório metodológico do IBGE, os registros referentes aos juros nas Contas Nacionais inserem uma outra problemática a ser enfrentada. A orientação da ONU é para que os juros sejam expressos pelo seu valor nominal, entretanto, em economias que têm inflação elevada, esse procedimento requer a adoção de tratamentos específicos, que implicam em subtrair o componente de reavaliação do principal de um ativo ou passivo dos juros nominais, o resultado seria a passagem desse valor para o conceito de *juros prime*. A ausência dessa transformação provocaria, por exemplo, a consequência verificada conforme apontado pelo IBGE:

*“... Dessa forma, quando se elabora a matriz de juros, o desequilíbrio decorrente de níveis de valoração distintos entre os setores nacionais e externo afeta àqueles mais endividados com o exterior, desalinhando as relações relativas intersetoriais...”*  
IBGE, 2006 (p. 102).

Esse ajustamento foi feito, primeiramente, para as contas das instituições financeiras, servindo de base para a mensuração dos demais setores, uma vez que essas instituições fazem o intermédio de uma importante parte do total de empréstimos realizados e devido ao detalhamento de dados sobre suas operações. Esse tratamento afeta, conseqüentemente, o valor da produção desses intermediários, a partir do ajuste do valor dos juros pagos e recebidos. Nas Contas Nacionais do Brasil, esse ajustamento foi feito no período 1995-1997, obtendo mais coerência nos resultados e possibilitando que os saldos das diversas contas apresentem mais adequadamente a situação econômica interna.

No que toca ao fator rendas da terra, mais uma vez a disponibilidade que se tem de informações limita a abrangência do cálculo, sendo considerados apenas o aluguel das terras agrícolas e os *royalties* pagos pelas empresas públicas às

administrações públicas pelo uso de recursos hídricos, minerais e pela extração de petróleo e gás natural.

Existe também na Contabilidade Social um aspecto delicado referente à estreita vinculação entre as classificações de produtos e de atividades, visto que um maior nível de detalhamento dos produtos leva a distintas avaliações quanto à homogeneidade dos sistemas de produção e consumo, ao passo que classificações mais agregadas das atividades aumentam o grau de semelhança dos bens e serviços quanto à sua origem e destino.

O setor agropecuário constitui um exemplo típico, tendo uma abrangência que considera-se ferir os princípios de homogeneidade desejados, devido, além de às características de falta de especialização dessa atividade no Brasil, à falta de o censo agropecuário classificar preliminarmente os estabelecimentos dessa natureza. O censo agropecuário é feito com base em informações coletadas a partir dos estabelecimentos relativos à agricultura, pecuária, avicultura, apicultura, cunicultura, sericultura, horticultura, floricultura, silvicultura, extração de produtos vegetais e transformação ou beneficiamento de produtos agropecuários, tendo como unidade de coleta os municípios (IBGE, 2006, p. 141).

Os levantamentos feitos através dos Censos Econômicos e Agropecuários e de outras fontes, que informam o valor da produção de bens e serviços discriminados detalhadamente, não compreendem as atividades produtivas não organizadas em empresas. Diante disso, passou-se a promover uma comparação entre os registros de ocupação informados pelos censos e a população ocupada obtida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, com o objetivo de se detectar os setores que requerem estimativas especiais. Além, ainda, da PNAD, a Pesquisa Industrial Mensal – Dados Gerais – PIM-DG e o cadastro de empresas da Relação Anual das Informações Sociais – RAIS também são fontes para o cálculo dos índices de volume e preço utilizados para se mensurar as estatísticas de trabalhadores ocupados e dos rendimentos para anos correntes, a

partir de dados do ano anterior. Porém, da PIM-DG e da RAIS só se tem dados provenientes do setor formal da economia<sup>9</sup>.

Alterações na forma de classificação devido à superficialidade das informações também são observadas nos dados referentes a comissões pagas a revendedores pelas empresas, que deveriam ser, mais adequadamente, deduzidas do montante de produção e registradas como margem de comércio, mas acabam por serem registradas como parte integrante do preço praticado pelos produtores, tendo em vista as imprecisões quanto à distribuição por produto, o que converge a uma situação de consumo direto desses bens nas atividades produtivas.

Um procedimento diferenciado precisou ser desenvolvido e incorporado no SCN para evitar a dupla contagem de valores referentes aos gastos com importações de bens, podendo assegurar a coerência entre os valores dessas transações nas Contas Nacionais e no balanço de pagamento. O sistema introduz um campo para a passagem das importações a preço CIF (*Cost, Insurance and Freight*) para preços FOB (*Free on Board*), ou seja, faz a dedução dos gastos com transporte estrangeiro e seguros prestados por produtor não-residente, incorporados aos produtos e também já computados na balança comercial.

Cabe também ser ressaltada a necessidade de, eventualmente, se recorrer a fontes alternativas para o levantamento de dado, de acordo com o IBGE. Tal fato ocorre, por exemplo, quando não se dispõe de valores do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ para o cálculo dos salários não-monetários das empresas privadas. Nesses casos, aplica-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC sobre o valor do ano anterior.

Essa questão ilustra a adoção do enfoque institucional, nos diversos países, para a produção das Contas Nacionais, o que implica em conseqüências nas aplicações analíticas feitas a partir desses dados. É uma metodologia que transfere as estimativas microeconômicas, obtidas através de fontes individualizadas, para

---

<sup>9</sup> Conforme relatório metodológico do IBGE, a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário produz indicadores de curto prazo relativos ao comportamento do emprego e dos salários nas atividades industriais, sobre pessoal ocupado assalariado, admissões, desligamentos, número de horas pagas e valor da folha de pagamento em termos nominais e reais, tendo como unidade de coleta as empresas que possuem unidades locais registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, e reconhecidas como industriais pelo Cadastro Central de Empresas do IBGE.

agregados macroeconômicos, conforme as atividades e operações estabelecidas, em que se respeita a coerência contábil dos resultados fornecidos por cada agente.

A disponibilidade de dados subordina, ainda, a definição do subsetor empresas não financeiras privadas, cujo critério se apóia na isenção do pagamento do imposto de renda da pessoa jurídica para definir a distinção com o setor famílias, excluindo-se, portanto, dessa classificação os não contribuintes do IRPJ e os que se declaram isentos do pagamento. Porém, esse procedimento causa distorções em três segmentos de atividades, sendo na educação e saúde mercantis e na agropecuária. Pelo fato de as instituições filantrópicas de educação e saúde estarem livres do pagamento do imposto, apesar de serem obrigadas a declarar renda, fica consideravelmente reduzida a parcela sujeita à tributação que entraria nessa faixa econômica. A produção agropecuária também, como já dito, é outra atividade que apenas raramente está sujeita ao pagamento dos impostos.

Devido à natureza bastante distinta dos serviços prestados pelas instituições financeiras, comparativamente aos dos outros setores, existe a dificuldade de se encontrar um método adequado de distribuição dessa produção nas Contas Nacionais. O SNA 1993 recomenda que essa produção seja contabilizada como consumo intermediário, consumo final ou exportação, influenciando, portanto, na dimensão do Produto Interno Bruto. Essa forma de mensurar, no entanto, dificulta sua distribuição entre os utilizadores, tendo em vista que não diferencia os pagamentos dos aplicadores e dos tomadores, já que há um descompasso de prazos de vencimento entre as operações desses agentes. Considerando esse problema, o manual da ONU admite que os países se utilizem de um tempo maior para a adoção desta recomendação e, como solução provisória, figura nas Contas Econômicas Integradas um setor *dummy* financeiro com valor de produção nulo e consumo intermediário igual ao SIFIM – Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos, o qual considera o diferencial entre as taxas de juros inferiores efetuadas pelos intermediários financeiros para o pagamento dos que lhes emprestam fundos e as taxas maiores cobradas dos que tomam empréstimos.

O valor dos serviços prestados pelas seguradoras também precisa de um tratamento semelhante, visto que não há um montante explícito por elas cobrado

pelo serviço de proteção financeira contratado com os segurados. Dessa forma, as estimativas são feitas indiretamente a partir do total dos valores a receber e a pagar, incluindo o rendimento obtido do investimento de suas provisões em função da defasagem de tempo entre os recebimentos e as indenizações pagas.

A produção originada da unidade administração pública introduz outra problemática. Ela é constituída, basicamente, de produção não mercantil, quer dizer, que é fornecida a outras entidades institucionais a preços nulos ou inferiores ao custo. Ocorre que a administração pública é passível de ser produtora mercantil, quando a produção é realizada por uma unidade pertencente a ela com autonomia na gestão de seus recursos e fundos, podendo ser identificados e contabilizados em separado. Porém, nem sempre é possível isolar esses valores relativos à produção mercantil das administrações públicas, sendo, assim, tratada como uma produção residual. Em virtude disso, o SCN encontra dificuldade em individualizar os custos de acordo com cada tipo de produção e classifica, então, todo o produzido pelas administrações públicas como produção residual. Vale ressaltar que, para essa estimativa, os agregados são valorados a preços brutos, não sendo computado o valor referente à depreciação do capital fixo, já que, por enquanto, a dificuldade em se calcular esse fluxo impede tal medida.

As estimativas referentes às Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – IPSFL é mais um segmento que enfrenta dificuldades de mensuração nas Contas Nacionais e acabam por ser incorporadas ao alargamento do âmbito do setor famílias. Este tratamento está condicionado às limitações na obtenção de informações básicas, já que tais valores não resultam de registros individualizados destas entidades, mas de dados que permitem tão somente avaliações globais de algumas de suas operações, a partir de fontes parciais de consulta.

Dependendo da unidade básica de referência considerada, pode ocorrer dupla contagem entre os valores de produção e de consumo intermediário. Nas tabelas de recursos e usos o estabelecimento é a unidade básica e nas contas dos setores institucionais é a unidade institucional. Considerando que existem transferências entre os estabelecimentos de uma mesma empresa, pois o que é produção de um pode ser consumo intermediário de outro, esses valores vão ser

maiores nas tabelas de recursos do que nas contas das empresas não financeiras, obtidas através das unidades institucionais. Por isso, é estabelecida a medida do valor adicionado para se fazer a articulação entre as tabelas de recursos e usos e as contas dos setores institucionais, a fim de não haver duplicação.

Nas Contas Nacionais, o momento de registro das contribuições sociais a cargo dos empregadores deve ser o de competência e não o de entrada de caixa. No entanto, há uma discrepância nesse sentido entre os dados referentes aos registros dos setores institucionais, que os consideram sendo o valor devido no exercício, chamado registro de competência, e das administrações públicas, que fazem o cálculo desta operação para o valor efetivamente recebido, o regime de caixa, havendo, portanto, diferenças decorrentes de pagamentos fora do prazo por parte dos empregadores. De qualquer forma, é tomado como parâmetro o dado das administrações públicas. Podem ser listados dois fatos gerados por essa discrepância: ela passa a representar uma variação de ativo das administrações públicas nas contas financeiras e, ainda, a partir do momento que considera-se o montante recebido por tais entidades, o diferencial entre esse valor e o declarado para as contribuições sociais figura como um aumento do excedente operacional das empresas e dos saldos subseqüentes. O fato de se parametrizar os registros das administrações públicas é devido a não se conhecer o total de encargos devido pelos segmentos que formam o setor famílias e as contas financeiras ainda não serem mensuradas no SCN.

Talvez o mais forte impacto de dificuldades de estimativas nas Contas Nacionais seja não mais se mensurar algum dado, que foi o que aconteceu a partir de 1998 no Brasil para os resultados dos lucros retidos de investimento direto estrangeiro. Esses lucros devem ser tratados como se tivesse havido a distribuição e transferência para os investidores diretos estrangeiros e, em seguida, reinvestidos por eles, sendo recomendado que sejam registrados no sistema de contas nacionais e no balanço de pagamentos. Por falta de informações nos registros contábeis, o valor referente ao balanço de pagamentos vinha sendo atribuído às empresas não financeiras, até que o Banco Central, por dificuldades no levantamento desses dados, deixou de divulgá-las (IBGE, 2006. p. 105).

## CONCLUSÃO

Até 1993, a versão vigente do Sistema de Contas Nacionais, salvas algumas alterações, respeitava as recomendações do SNA 1968. A partir daí, dadas as novas determinações do sistema então proposto pela ONU, o IBGE também desenvolveu algumas mudanças na apresentação das contas nacionais brasileiras, sendo que só após 1998 foram adaptadas ao SNA 1993. Esse formato buscava implementar um sistema mais atualizado, flexível e harmônico, tendo sido caracterizado não por mudanças de fundamento, mas de forma.

Com essa nova apresentação contábil da economia brasileira, faz-se referência agora não mais a créditos e débitos, mas sim a recursos e usos. É uma forma de mensuração que permite analisar o comportamento da economia como um todo e com o resto do mundo, as relações entre os agregados e o desempenho de cada setor/atividade, inclusive o do governo, que passa a ser tratado como um setor como outro qualquer, ao passo em que se considera mais importante saber quanto gerou de renda na economia e não se suas operações apresentaram déficit ou superávit ou como funcionaram.

Percebem-se, ainda, as evoluções resultantes dos esforços despendidos para se adequar o Sistema de Contas Nacionais interno ao vigente no resto do mundo, conforme as orientações oficiais, respeitando-se as especificidades internas.

Dentre as inovações do SCN de 1993, merece destaque a maior integração entre as contas de produção, apropriação e uso da renda, capital, financeira e de patrimônio através da introdução das contas econômicas integradas. A concepção desse formato permite selecionar partes do sistema entendidas como mais relevantes, mostrando-se útil ao focar setores capazes de se desenvolver à luz de suas próprias capacidades e necessidades.

Ganhos analíticos e metodológicos frente ao sistema anterior também foram obtidos. A estimativa do valor da produção e do consumo intermediário ano-a-ano possibilita acompanhar as mudanças nos coeficientes técnicos das atividades. Vale comentar também a apresentação da distribuição da renda gerada no processo de

produção entre os fatores trabalho e capital e as administrações públicas e o detalhamento das atividades em maior grau, permitindo evidenciar tanto os produtos da produção própria quanto os utilizados como insumos. Eventuais correções nas estatísticas básicas também são permitidas, a partir da realização de equilíbrios entre oferta e demanda por produto e entre usos e recursos das operações de renda, o que garante maior coerência geral do sistema.

Não obstante, arrisca-se dizer que naturalmente, dificuldades permanecem na elaboração do sistema e continuam impondo barreiras à construção das Contas Nacionais após as transformações e melhorias ocorridas. Observa-se, porém, que a precariedade na coleta de informações precisas está ligada a grande parte dessa questão, sendo a principal fragilidade verificada no sistema estatístico. Num país com dimensões como as do Brasil, tal problemática é inerente à proposta de se mensurar a atividade econômica como é feito pelos sistemas de contabilidade social, mas a partir do momento em que pôde ser identificada, direciona os esforços de aprimoramento do trabalho no sentido de conferir maior proximidade dos resultados com a realidade socioeconômica e, assim, permitir que se alcance de forma mais efetiva os objetivos pelos quais é construído, sendo que é o que se verifica no trabalho de elaboração do SCN promovido pelo IBGE.

## REFERÊNCIAS

- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. p. 20-32.
- DILLARD, D. **A teoria econômica de John Maynard Keynes**. 6. ed São Paulo: Livraria Pioneira, 1989. p. 5-26.
- ENDO, SEITI K. **Números-Índices**. São Paulo: Atual, 1986. p. 9-32, 50-55.
- FEIJÓ, C. **Contabilidade Social: O novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevia, 2003. p. 3-6, 44-80, 229-231, 323-335, 340-350, 354-380.
- FIGUEIREDO, F. de O. **Introdução à Contabilidade Nacional**. 2.ed. São Paulo: Forense, 1972. p. 33-35, 45.
- FONSECA, Jairo S. et. alli. **Estatística Aplicada**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1995. p. 157-230.
- FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 23-34.
- HOFFMAN, R. **Estatística para Economistas**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1991. p. 309-331.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia. Contas Nacionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/pesquisa>. Acesso em: 20/maio/2006.
- LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina de A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1983. p. 79-81.
- PAULANI, L; BRAGA, M. **A nova Contabilidade Social**. 2000. p. 70-84, 98-100, 228-244.
- STONE, R; STONE, G. **Sistemas de Contabilidade Social**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. p. 107-116, 158-161.

## **ANEXOS**

TABELA DE RECURSOS DE BENS E SERVIÇOS – QUADRANTES A, A1 E A2 –  
BRASIL – 1995

TABELA DE USOS DE BENS E SERVIÇOS – QUADRANTE B1 – BRASIL – 1995

TABELA DE USOS DE BENS E SERVIÇOS – QUADRANTE B2 – BRASIL – 1995

TABELA DE RECURSOS E USOS – COMPONENTES DO VALOR ADICIONADO –  
QUADRANTE C – BRASIL – 1995

CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS – CONTAS DE PRODUÇÃO, RENDA E  
CAPITAL – BRASIL – 2001

TABELA DE RECURSOS DE BENS E SERVIÇOS – QUADRANTES A, A1, A2 – BRASIL – 1995

Descrição do produto	Oferta total a preço de consumidor	Margem de comércio	Margem de transporte	Impostos	Oferta total a preço básico	Total das atividades	Valores correntes em R\$ 1.000	
							Importação sem emissão de câmbio	Importação de bens e serviços
Agropecuária	92 509 232	7 583 091	1 949 369	2 254 136	80 722 636	78 433 497		2 289 139
Extração Mineral	16 831 150	92 244	1 618 347	522 259	14 598 300	10 936 436		3 661 864
Transformação	578 349 832	52 254 286	7 713 736	58 225 079	460 156 731	414 350 374		45 806 357
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	32 727 170	0	0	3 177 170	29 550 000	28 627 561		922 439
Construção Civil	91 644 544	0	0	313 856	91 330 688	91 330 688		0
Comércio	8 145 799	(-) 59 929 621	0	131 721	67 943 699	67 588 224		355 475
Transporte	31 632 172	0	(-) 11 281 452	1 404 450	41 509 174	39 003 860		2 505 314
Comunicações	12 114 967	0	0	1 909 998	10 204 969	10 155 185		49 784
Instituições Financeiras	64 961 742	0	0	2 639 636	62 322 105	61 999 911		322 195
Aluguéis	65 513 443	0	0	2 671	65 510 772	65 509 806		966
Administração Pública	126 658 919	0	0	0	126 658 919	126 658 919		0
Outros Serviços	127 950 144	0	0	3 792 458	124 157 686	118 757 165		5 400 521
Operações com o exterior sem emissão de câmbio							2 748 745	(-) 2 748 745
<b>Total</b>	<b>1 249 039 114</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>74 373 434</b>	<b>1 174 665 680</b>	<b>1 113 351 626</b>	<b>2 748 745</b>	<b>58 565 309</b>

Fonte: FEIJÓ, 2004 – Elaboração própria

TABELA DE USOS DE BENS E SERVIÇOS – QUADRANTE B1 – BRASIL – 1995

Valores correntes em 1.000 R\$

Consumo Intermediário das atividades

Descrição do produto	Agropecuária	Extrativa Mineral	Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Transporte	Comunicações	Instituições financeiras	Aluguéis	Administ. Pública	Outros Serviços	Dummy financ	Total da Atividade
Agropecuária	13 825 038	10 049	41 312 936	9 296	0	0	0	0	0	0	1 798 864	1 609 748	0	58 565 931
Extração Mineral	364 509	739 092	11 967 683	43 452	479 748	0	0	0	0	0	0	0	0	13 594 484
Transformação	14 845 998	2 334 508	174 593 165	1 567 795	32 309 361	13 214 745	12 766 126	728 878	1 391 869	233 793	13 457 303	28 153 469	0	295 597 010
Serviços indust. de utilidade pública (SIUP)	331 473	361 315	6 078 962	9 163 930	106 933	1 100 502	165 560	67 155	314 466	142 298	3 043 853	1 315 180	0	22 191 627
Construção Civil	2699	69 463	672 912	95 256	3 484 928	209 590	219 623	50 118	0	2 873 147	945 066	369 234	0	8 992 036
Comércio	118 634	179 360	5 611 017	0	103 759	1 208 166	0	0	0	0	585 837	0	0	7 806 773
Transporte	912 371	243 724	4 541 177	68 476	121 511	3 053 086	4 250 849	147 500	618 787	3 446	1 268 769	428 799	0	15 658 495
Comunicações	16 639	52 449	1 702 044	59 898	121 994	985 533	340 374	74 828	1 068 553	24 354	1 307 726	737 341	0	6 491 769
Instituições Financeiras	454 264	445 997	4 346 194	413 155	342 407	1 729 026	838 392	133 074	4 532 921	150 021	841 844	697 089	36 570 290	51 494 674
Aluguéis	13 775	83 665	1 556 572	215 841	142 403	3 537 557	325 526	154 899	885 907	40 174	1 011 021	723 481	0	8 690 821
Administração pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros serviços	921 468	716 964	6 563 275	839 336	1 427 038	6 005 441	1 537 186	589 775	7 587 531	66 857	22 711 007	3 484 045	0	52 449 923
Operações c/ o exterior s/ emissão de câmbio														
Total	31 806 868	5 236 586	258 945 937	12 476 435	38 640 082	31 043 646	20 443 636	1 946 227	16 400 034	3 534 090	46 971 326	37 518 386	36 570 290	541 533 543

Fonte: FEIJO (et. Alli), 2004.

TABELA DE USOS DE BENS E SERVIÇOS – QUADRANTE B2 – BRASIL 1995

Valores correntes em 1.000 R\$

Descrição do produto	Demanda Final						Demanda final	Demanda total
	Exportação s/ emissão de câmbio	Exportação de bens e serviços	Consumo da administração pública	Consumo das famílias	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoques		
Agropecuária		1 094 545	0	26 128 685	3 217 207	3 502 864	33 943 301	92 509 232
Extração mineral		3 022 276	0	0	0	214 390	3 236 666	16 831 150
Transformação		39 490 569	0	190 627 111	45 078 653	7 556 489	282 752 822	578 349 832
Serviços industriais de utilidade pública (SIUP)		0	0	10 535 543	0	0	10 535 543	32 727 170
Construção civil		0	0	0	82 652 508	0	82 652 508	91 644 544
Comércio		339 026	0	0	0	0	339 026	8 145 799
Transporte		3 439 695	0	12 533 982	0	0	15 973 677	31 632 172
Comunicação		32 845	0	5 590 353	0	0	5 623 198	12 114 967
Instituições financeiras		251 883	0	13 215 185	0	0	13 467 068	64 961 742
Aluguéis		2 336	0	56 820 286	0	0	56 822 622	65 513 443
Administração pública		0	126 652 130	6 789	0	0	126 658 919	126 658 919
Outros serviços		2 243 480	0	71 451 677	1 805 064	0	75 500 221	127 950 144
Operações com exterior s/ emissão de câmbio	269 486	(-) 269 486						
<b>Total</b>	<b>269 486</b>	<b>49 647 169</b>	<b>126 652 130</b>	<b>386 909 611</b>	<b>132 753 432</b>	<b>11 273 743</b>	<b>707 505 571</b>	<b>1 249 039 114</b>

Fonte: FEIJÓ, 2004 – Elaboração própria

TABELA DE RECURSOS E USOS – COMPONENTES DO VALOR ADICIONADO – QUADRANTE C – BRASIL – 1995

Valores correntes em 1.000 R\$

Descrição do produto	Agropecuária	Extrativa mineral	Transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Transporte	Comunicações	Instituições financeiras	Aluguéis	Administração pública	Outros serviços	Dummy financeiro	Total da atividade	Total da economia
Valor adicionado bruto (PIB)	51 492 824	4 944 839	136 739 102	15 295 495	52 708 207	51 077 975	19 628 211	8 684 995	45 855 743	59 558 985	93 367 860	69 034 137	(-) 36 570 290	571 818 083	646 191 517
Remunerações	7 094 380	1 296 249	39 316 418	7 784 153	6 819 152	19 445 830	9 098 233	2 903 083	24 935 923	1 121 795	92 182 527	35 279 501	0	247 277 244	247 277 244
Salários	6 483 266	952 180	32 896 317	6 131 321	5 904 144	16 714 054	7 641 224	2 368 766	20 405 262	1 015 965	60 149 027	30 748 420	0	191 409 946	191 409 946
Contribuições sociais efetivas	611 114	344 069	6 420 101	1 652 832	915 008	2 731 776	1 457 009	534 317	4 530 661	105 830	6 341 893	4 531 081	0	30 175 691	30 175 691
Previdência oficial (FGTS)	606 718	160 172	5 765 122	1 120 027	903 455	2 716 274	1 270 811	335 383	3 317 634	105 830	6 279 636	4 495 785	0	27 076 847	27 076 847
Previdência privada	4 396	183 897	654 979	532 805	11 533	15 502	186 198	198 934	1 213 027	0	62 257	35 296	0	3 098 844	3 098 844
Contribuições sociais imputadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25 691 607	0	0	25 691 607	25 691 607
Excedente operac. bruto inclusive rend. de autôn.	46 326 789	3 315 001	84 768 202	6 570 962	43 009 131	29 097 621	9 954 834	5 451 085	18 465 217	57 986 087	0	29 999 386	(-)36 570 290	298 374 025	298 374 025
Rendimento de autônomos	254 682	105 621	2 767 301	0	3 529 058	12 574 056	3 683 213	0	1 753 302	345 595	0	13 116 162	0	38 128 990	38 128 990
Excedente operacional bruto (EOB)	46 072 107	3 209 380	82 000 901	6 570 962	39 480 073	16 523 565	6 271 621	5 451 085	16 711 915	57 640 492	0	16 883 224	(-)36 570 290	206 245 035	260 245 035
Impostos liq. de subsid. s/ a produç. e a importação	(-)928 345	333 589	12 654 482	940 380	2 879 924	2 534 524	575 144	330 827	2 454 603	451 103	1 185 333	3 755 250	0	26 166 814	100 540 248
Impostos liq. s/ produtos															74 373 434
Outros imp. s/ a produção	1 954	333 589	12 882 847	1 031 125	2 898 308	2 943 363	1 426 547	378 155	2 454 603	451 103	1 185 333	3 755 250	0	29 742 177	29 742 177
Outros subsid. à produção	(-)930299	0	(-)228 365	(-)90 745	(-)118 384	(-)408 839	(-)851 403	(-)47 328	0	0	0	0	0	(-)3 575 363	(-)3 575 363
Valor da produção	83 299 692	10 181 425	395 685 039	27 771 930	91 348 289	82 121 621	40 071 847	10 631 222	62 255 777	63 093 075	140 339 186	106 552 523	0	1 113 351 626	1 113 351 626
Pessoal ocupado	15 163 000	261 000	8 291 600	255 100	3 429 400	8 870 700	2 265 000	182 600	798 800	287 300	5 320 000	16 101 600	0	61 226 100	61 226 100

Fonte: FEIJÓ (et. alli.), 2004 - Elaboração própria

CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS  
CONTAS DE PRODUÇÃO, RENDA E CAPITAL – BRASIL – 2001

USOS (1 000 000 R\$)	OPERAÇÕES E SALDOS	RECURSOS (1 000 000 R\$)
<b>Conta 1 – Conta de Produção</b>		
1 157 036	Produção	2 222 129
	Consumo intermediário	
	Impostos sobre produtos	134 967
	Impostos de importação	9 024
	Demais impostos sobre produtos	125 944
1 200 060	Produto Interno Bruto	
<b>Conta 2 – Conta da Renda</b>		
	2.1 – Conta de distribuição primária da renda	
	2.1.1 – Conta de geração da renda	
	Produto Interno Bruto	1 200 060
444 002	Remuneração dos empregados	
443 589	Residentes	
413	Não-residentes	
208 578	Impostos s/ a produção e de importação	
(-) 4 704	Subsídios à produção (-)	
552 185	Excedente operacional bruto inclusive rendimento de autônomos	
60 469	Rendimento de autônomos (rend. misto)	
491 716	Excedente Operacional Bruto	
	2.1.2 – Conta de alocação da renda	
	Excedente operacional bruto inclusive rendimento de autônomos	552 185
	Rendimento de autônomos (rend. misto)	60 469
	Excedente Operacional Bruto	491 716
	Remuneração dos empregados	444 221
	Residentes	443 589
	Não-residentes	632
	Impostos s/ a produção e de importação	208 578
	Subsídios à produção (-)	(-) 4 704
53 689	Rendas de propriedade enviadas e recebidas do resto do mundo	7 002
1 153 592	Renda Nacional Bruta	
	2.2 – Conta de distribuição secundária da renda	
	Renda Nacional Bruta	1 153 592
1 004	Outras transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo	4 934
1 157 522	Renda Disponível Bruta	
	2.3 – Conta de uso da renda	
	Renda Disponível Bruta	1 157 522
957 836	Despesa de consumo final	
199 686	Poupança bruta	
<b>Conta 3 – Conta de Acumulação</b>		
	3.1 – Conta de capital	
	Poupança bruta	199 686
233 376	Formação bruta de capital fixo	
20 750	Varição de estoque	
65	Transferências de capital enviadas e recebidas do resto do mundo	2
(-) 54 503	Capacidade (+) ou Necessidade (-) líquida de financiamento	

Fonte: FEIJO, 2004 – Elaboração própria